

Aparelhos privados de hegemonia e efetivação da base nacional comum curricular em redes públicas municipais de ensino do Paraná

Private hegemony devices and implementation of the national common curricular base in the municipal public education system of Paraná State

Aparatos privados de hegemonía e implementación de la base nacional curricular común en las redes de educación pública municipales en Paraná

Jussara de Fátima Ivanski Ruppel*

 <https://orcid.org/0000-0002-5645-3039>

Michelle Fernandes Lima**

 <https://orcid.org/0000-0003-0896-4747>

Resumo: Este artigo contempla o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em redes públicas municipais de ensino do Paraná, com foco nos Aparelhos Privados de Hegemonia (*APH*), bem como na atuação da Secretaria de Estado de Educação (SEED/PR) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PR) nesse processo. Gramsci contribui com o aporte teórico e metodológico que possibilita entender o Estado enquanto integral, constituído pela sociedade política e sociedade civil. Nesse modelo de Estado estão alocados os *APH*, consideradas institutos, associações e partidos políticos em torno dos quais se organizam as aspirações coletivas do grupo em ascensão. Como resultado, os *APH* Instituto Reúna e Movimento Colabora Educação (MCE) são compreendidos em ligação com grandes conglomerados, entre eles a Fundação Lemann (FL), que vêm se dedicando à efetivação da BNCC nos municípios paranaenses. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental com busca em sites da SEED/PR, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), UNDIME (PR), Movimento pela Base (MPB), bem como dados e notícias referentes ao tema. Ficou evidente que a UNDIME/PR, a SEED/PR e as Secretarias Municipais de Educação legitimaram o processo, produzindo consenso e validando a participação privada por meio de seminários, lives e formação de professores, oferecendo e indicando insumos organizados por esses institutos.

Palavras-chave: Aparelhos Privados de Hegemonia. Redes Públicas Municipais de Ensino do Paraná. BNCC.

Abstract: This paper contemplates the implementing process of the National Common Curricular Base (BNCC in its Portuguese acronym) in the municipal public education networks of Paraná, focusing on Private Hegemony Apparatuses (PHAs), as well as the role played by the State Secretariat of Education

* Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Paraná, Brasil. E-mail: <juruppel146@gmail.com>.

** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil. Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Programa de Pós-Graduação da Unicentro e Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM. E-mail: <mflima@uem.br>.

(SEED/PR) and the National Union of Municipal Education Directors (UNDIME/PR) in this process. Gramsci contributes with theoretical and methodological support that makes it possible to understand the State as integral, constituted by political society and civil society. In this State Model, the PHAs are allocated, considered institutes, associations and political parties around which the collective aspirations of the rising group are organized. As a result, the PHAs *Instituto Reúna* and *Movimento Colabora Educação* (MCE) are understood in connection with large conglomerates, among them the Lemann Foundation (LF), which have been dedicated to implementing the BNCC in Paraná municipalities. This is bibliographic and documentary research with searches on websites of the SEED/PR, National Union of Municipal Education Directors (UNDIME), UNDIME (PR), *Movimento pela Base* (MPB), as well as data and news regarding the topic. It was clear that UNDIME/PR, SEED/PR and the Municipal Education Secretariats legitimized the process, producing consensus and validating private participation through seminars, live broadcasts and teacher training, offering and indicating inputs organized by these institutes.

Keywords: Private Hegemony Apparatuses. Municipal Public Education Networks of Paraná. BNCC.

Resumen: Este artículo contempla el proceso de implementación de la Base Nacional Curricular Común (BNCC) en las redes municipales de educación pública de Paraná, con enfoque en los Aparatos de Hegemonía Privada (APH), así como el trabajo de la Secretaría de Educación del Estado (SEED/PR) y de la Unión Nacional de Directores Municipales de Educación (UNDIME/PR) en ese proceso. Gramsci contribuye con el aporte teórico y metodológico que permite entender el Estado como completo, constituido por la sociedad política y la sociedad civil. En ese modelo de Estado se asignan los APH, considerados institutos, asociaciones y partidos políticos en torno a los cuales se organizan las aspiraciones colectivas del grupo en ascenso. Como resultado, se entiende que los APH Instituto Reúna y el Movimento Colabora Educação (MCE) están vinculados a grandes conglomerados, entre ellos la Fundación Lemann (FL), que se han dedicado a implementar el BNCC en los municipios de Paraná. Se trata de una investigación bibliográfica y documental con búsqueda en sitios web de la SEED/PR, Unión Nacional de Directores Municipales de Educación (UNDIME), UNDIME (PR), *Movimento pela Base* (MPB), así como datos y noticias relacionadas con el tema. Se evidenció que UNDIME/PR, SEED/PR y Secretarías Municipales de Educación legitimaron el proceso, produciendo consenso y validando la participación privada a través de seminarios, *lives* y formación docente, ofreciendo e indicando insumos organizados por esos institutos.

Palabras clave: Aparatos Privados de Hegemonía. Redes Municipales de Educación Pública de Paraná. BNCC.

Introdução

Este artigo trata sobre a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia (*APH*) nas políticas educacionais e como influenciam a implementação da BNCC nas redes públicas municipais de ensino do Paraná, contribuindo com diferentes processos de privatização da educação.

No estado do Paraná, a efetivação da BNCC (Brasil, 2018) ocorreu a partir da reorganização dos currículos e ações de formação continuada dos professores para executar essa política. O Paraná foi pioneiro nessa reorganização, o que ocorreu em 22 de novembro de 2018, resultando no Referencial Curricular do Paraná - RCP (Paraná, 2018). O segundo passo, após a reorganização dos currículos, foi deixar “[...] objetivadas a formação dos professores e diretores, a revisão dos projetos pedagógicos das escolas e a elaboração de material de apoio” (Brasil, 2018). Justificado pelo momento pandêmico, o Paraná elaborou o Referencial Curricular em Foco¹ (Paraná, s.d.a). Ambos os documentos são norteadores de todas as fases da educação e são organizados a partir da BNCC.

¹ O **Referencial Curricular do Paraná em Foco** é um desdobramento do Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, que traz os objetivos de aprendizagem essenciais para cada componente curricular como parte do replanejamento pedagógico necessário, dado o contexto de pandemia do novo coronavírus (Paraná, s.d.a.).

De acordo com dados do Portal Dia a Dia Educação, o Referencial Curricular em Foco foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Educação e Esporte do Paraná (SEED-PR) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME-PR), com o apoio do APH Instituto Reúna (Paraná, s.d.a.).

Vale enfatizar que o Instituto Reúna, considerado uma startup social², foi criado em 2019 pela Fundação Lemann (FL), logo após a implementação da BNCC (Farias, 2020). Farias (2020) observa, em seu estudo, que uma vez aprovada a BNCC, as demandas da FL aumentaram, e Katia Cristina Stocco Smole³, foi convidada para administrar o recém-criado Instituto Reúna, que é uma das organizações com maior incidência em projetos e programas da referida fundação e das suas Frentes Móveis na implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio.

Para que os APH pudessem atuar junto à elaboração e implementação da BNCC, foi primordial dar a devida legitimidade a essa política curricular, que embora tenha sido conduzida por APH ligados às grandes corporações, conforme estudo de D'Ávila (2018), o consenso foi utilizado para colocá-la em curso nos municípios brasileiros. Nesse contexto, podemos enfatizar a atuação do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da UNDIME, do Conselho Nacional de Educação (CNE), da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme, SEED/Paraná), além das Secretarias Municipais.

As contribuições de Antonio Gramsci permitem compreender o Estado pela junção da sociedade política com a sociedade civil, constituindo o Estado integral. Nessa organização em que ambos se complementam, estão alocados os APH, que vêm construindo, elaborando e organizando a política educacional.

A compreensão sobre a presença e a atuação dos APH nas políticas educacionais perpassa a relação entre Estado e políticas educacionais, a partir do ordenamento jurídico e político que proporciona a base para o modo de produção capitalista que, de acordo com Gramsci (2000, p. 254-255), significa que:

[...] por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil. Deve-se notar que, desta crítica ao “Estado” que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos etc., nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do Executivo.

Essa configuração de Estado permite que esses APH, entendidos enquanto institutos, associações, organizações não governamentais (ONG), igrejas e partidos políticos, participem das políticas educacionais, legitimados por entes federados, como SEED, UNDIME, CONSED, buscando a ascensão do grupo ao qual pertencem. Diante disso, portanto, propusemo-nos a investigar quem são esses APH que atuam na implementação da BNCC para os Anos Iniciais da Rede Pública Municipal no Paraná.

Este artigo é resultado de pesquisa que investigou a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas redes municipais do estado do Paraná. A pesquisa é continuidade de estudos no âmbito do Grupo de pesquisa Estado, Política e Gestão Educacional (EPGE)⁴, que evidenciaram a atuação dos APH na

² “Uma startup de impacto social, além de unir inovação tecnologia, escalabilidade e repetibilidade na projeção e desenvolvimento de um negócio, ela tem como objetivo gerar uma mudança positiva na sociedade, alterando o ambiente social onde atuará, é preciso desenvolver um propósito social para esta atuação empresarial” (Jusbrasil, 2020).

³ Diretora executiva do Instituto Reúna e fundadora do Instituto Mathema de formação e pesquisa, também faz parte do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, onde preside a Câmara de Educação Básica.

⁴ Grupo de pesquisa: Estado, Política e Gestão Educacional foi criado em 2013, e reúne professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-Unicentro), professores da Unicentro (Irati e Guarapuava), além de alunos da

elaboração da BNCC, conforme evidenciado por D'Ávila (2018), bem como na sua implementação, a partir dos relatórios de iniciação científica, conforme pontuado por Venancio e Lima (2020) e por Biernaski e Lima (2021). Consideramos, ainda, o estudo de Sakata (2018), que aponta o protagonismo da Fundação Lemann no processo de elaboração da BNCC. Outro exemplo são as considerações recentes de Faria (2022), que estudou o Movimento pela Base (MPB), apontando a presença marcante dos agentes privados na implementação da BNCC.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental com busca em sites e websites da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), UNDIME (PR), Movimento pela Base (MPB), bem como dados e notícias referentes ao tema que viessem a contribuir com nosso objeto de forma crítica. Ainda nos apoiamos nas considerações de Farias (2020, 2021, 2022a, 2022b), que estuda os *APH* no contexto das políticas educacionais.

Importa apontar que a realização da pesquisa buscou caracterizar o processo de desenvolvimento da BNCC nas redes municipais. No âmbito ético, temos como pressuposto a defesa de uma educação pública que considere os profissionais da educação como centrais no processo da política educacional. No entanto, já em pesquisas realizadas sobre o processo de elaboração da BNCC, ficou evidente a articulação e a hegemonia de diferentes aparelhos privados nesse processo.

Ao perguntamo-nos a razão de realizar a pesquisa, compreendemos que os resultados podem contribuir para uma leitura oposta aos preceitos da BNCC, que em nossa leitura é uma política que padronizou e centralizou os currículos, e tem alinhamento com as políticas de avaliação em larga escala, alterando a autonomia do trabalho docente.

A pesquisa permite compreender a participação efetiva dos *APH* ligados a grandes conglomerados, e por conseguinte, ao capital, na implementação da BNCC. Entendemos a convivência das esferas públicas, e por consequência, do Estado, como é o caso da UNDIME, do CONSED e da SEED/PR, via seminários e *lives*, atuando em prol de dar legitimidade a todo o processo de implementação da BNCC nas redes municipais do Paraná.

O presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira, pontuamos os principais elementos da implementação da BNCC nos municípios paranaenses, identificando os principais *APH*. Em seguida, tratamos do Programa Educa Juntos, no contexto das redes municipais e da participação dos *APH* MCE e Instituto Reúna. Por fim, apontamos a legitimidade perpassada pela UNDIME, SEED/PR e Secretarias Municipais em todo o processo de implementação da BNCC nas Redes Municipais do Paraná.

O contexto de efetivação da BNCC no estado do Paraná

A chamada *qualidade educacional* vem sendo a bandeira de um emaranhado de diversos *APH* que vêm empreendendo forças na elaboração e efetivação das políticas educacionais. Justificando a urgência de implementar e melhorar a qualidade da educação, o Estado, compreendido na visão gramsciana como resultado da organização entre sociedade política e sociedade civil, vem justificando e oportunizando a participação de entes privados, dando legitimidade para que diferentes segmentos e *APH* participem da política educacional, nesse caso, a BNCC.

Vivenciamos um modelo de Estado em que prevalecem os interesses hegemônicos

graduação e da pós-graduação (Unicentro, s.d.).

burgueses. Esse Estado tem seu ordenamento jurídico representado pela sociedade política, que usufrui de seus aparelhos coercitivos, e da sociedade civil, em que se encontram os aparelhos privados de hegemonia, os quais se preocupam em propiciar consenso, dando legitimidade a esse modelo de Estado vigente. Para compreensão,

[...] pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturas: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”, o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade, e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico (Gramsci, 1982, p. 11).

Compreendendo esse Estado na visão de Antonio Gramsci, passamos a considerar a BNCC como produto desse meio, uma configuração dos anseios de uma classe em ascensão, que resultou na política educacional BNCC.

No estudo de D’Ávila (2018, p. 106), que investigou as influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da BNCC, a autora enfatiza que o contexto de elaboração foi um “território de disputa, fortemente influenciado, conduzido e determinado por um conjunto de sujeitos que compreendem na educação um instrumento de hegemonia que desempenha na sociedade, ou seja, uma função determinante na manutenção da base social dominante”. D’Ávila (2018, p.107) conclui que “o documento atende especificamente os interesses dos setores empresariais”, definindo a BNCC voltada para o mercado.

Nessa direção, Farias (2022b, p. 5) ressalta que “o processo de hegemonização das pautas educacionais empresariais tem mão dupla: a expansão do mercado educacional público e privado e a hegemonização da ideologia empresarial”. É imprescindível observar que essa hegemonização vem ocorrendo na implementação da BNCC, e que a educação está se tornando esse mercado lucrativo.

Os objetivos pensados para a classe dominada perpassam diversos governos e se materializam na reorganização de currículos para todas as áreas da Educação Básica, conforme consta na própria BNCC. Esse documento veio com a promessa de desenvolver economicamente o país e alinhar-se aos países com sistemas educacionais mais qualificados, já que a grande justificativa de sua construção se deve a nossa má qualidade educacional. Com essa preocupação, alguns setores empresariais têm se mobilizado para participar dessa política em torno da educação:

A mobilização de destaque nacional que empreendem tem como objetivo cooptar outros empresários para atuação na educação, a partir do pressuposto de que a melhoria da qualidade da educação entendida, sobretudo, como aumento nos índices das avaliações promoveria o desenvolvimento econômico (Martins, 2016, p. 28).

Após a homologação da BNCC, em 2017, Estados e Municípios passaram a construir seus Referenciais Curriculares, com a proposta de que cada rede municipal poderia fazer adaptações a seus contextos. O Estado do Paraná elaborou, no ano seguinte à homologação da BNCC, em 2018, o Referencial Curricular do Paraná - RCP (Paraná, 2018). O documento aponta que, em sua elaboração, foi criada uma estrutura de governança, caracterizada “[...] pela atuação de agentes e instituições que, organizados sob a forma de redes, hibridizam as formas de governo-burocracias, mercados e redes” (Ball, 2018, *apud* Farias, 2022b, p. 13), que “veiculados e produzidos por meio de redes políticas, possibilitam a materialização de seu projeto educacional” (Farias, 2022b, p. 13).

Essa governança, envolvendo o MEC e o CONSED, por meio das Secretarias Estaduais de Educação e a UNDIME, instituíram, em cada unidade da federação, responsáveis por coordenar todo o trabalho de construir um documento curricular válido para cada território estadual. A proposta tratava de um “referencial curricular único, cujo objetivo é estabelecer direitos de

aprendizagens a todos os estudantes do Estado em uma perspectiva de equidade” (Paraná, 2018, p. 5).

Com o momento pandêmico e a suspensão das aulas, as escolas precisaram se adaptar. Então, o Estado do Paraná justificou a criação do Referencial Curricular em Foco, que conforme dados da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED/PR), foi elaborado em parceria com o Instituto Reúna, e tem como intuito a priorização de determinadas disciplinas consideradas essenciais.

De acordo com o Referencial Curricular em Foco (Paraná, 2020b), o grande desafio era continuar a implementação da BNCC, e justifica-se que, em razão das atividades remotas, não haveria a mesma carga horária. Desse modo, o Referencial Curricular do Paraná em Foco passou a contemplar os seguintes componentes curriculares em sua organização: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências (Paraná, 2020b); logo, extinguem-se Arte, Educação Física e Ensino Religioso. Todavia, o próprio Referencial Curricular em Foco se contradiz, e pontua que tal ação

[...] não visa apenas a flexibilização curricular em virtude das aulas remotas e atividades não presenciais. Ele é um documento norteador das aprendizagens indispensáveis para a continuidade do percurso educativo e pode ser utilizado como instrumento na busca pela equidade no processo de ensino- aprendizagem, assim como se configura como um instrumento na implementação da BNCC e do Referencial Curricular do Paraná (Paraná, 2020b, p. 9).

Ainda com foco na implementação da BNCC, o governo do Estado lançou, por meio do Decreto nº 5857, de 05 de outubro de 2020, o Programa Educa Juntos, uma parceria entre governo do Estado e municípios, ofertado a todos os municípios paranaenses, por meio do regime de adesão, com início no ano letivo de 2021 (Paraná, 2020a). Trata-se de um conjunto de sugestões com materiais formativos que podem ser utilizados na integralidade ou parcialmente pelas escolas municipais, a partir de orientações das secretarias municipais de Educação.

O referido programa é iniciativa da SEED/PR, e tem como intuito oferecer suporte a todos os municípios paranaenses e melhoria da aprendizagem e alfabetização dos estudantes, desde a Educação Infantil (Paraná, 2020c).

O programa, quando implementado, tinha foco na alfabetização para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, justificado pela má qualidade na educação, e vinha contemplar os objetivos de aprendizagem e conteúdo de cada fase, conforme o previsto no Referencial Curricular do Paraná. A ação passou a beneficiar 255 mil alunos (Paraná, 2020d).

Com a urgência de implementar a BNCC, o Programa Educa Juntos foi instituído nos municípios paranaenses, sendo apresentado aos professores municipais no início do ano letivo de 2021, em material disponibilizado às Secretarias Municipais de Educação pela SEED-PR para estudos e planejamento. O roteiro disponibilizado com o tema *Educa Juntos, Estados e municípios pela Educação* apresenta como objetivos do programa:

Subsidiar as equipes das Secretarias Municipais de Educação (SME) quanto à análise dos resultados do ano de 2020 no que tange a taxas de aprovação, currículo e aprendizagem dos conteúdos essenciais. O objetivo é melhorar o processo de ensino aprendizagem por meio de implementação de ações didático metodológicas que desenvolvam as habilidades essenciais apresentadas pelo Referencial Curricular do Paraná em Foco (Paraná, 2021).

O referido programa é ofertado de forma gratuita aos municípios, ficando o custeio ao encargo do governo do Estado, conforme consta no decreto 5.857, em seu artigo 2º: “Os

Municípios que participarem do Programa terão acesso ao compartilhamento de estratégias educacionais para execução dos objetivos do Programa, sem transferência de recursos financeiros para os Municípios” (Paraná, 2020a).

Dentre os objetivos do programa, além do material de apoio, passou a ocorrer também a “formação continuada aos profissionais de educação das redes municipais de ensino, como processo permanente e constante de aperfeiçoamento da prática pedagógica”, o aperfeiçoamento acontece via plataforma digital (Paraná, 2022).

As propostas do Programa Educa Juntos se expandiram, e a partir de 2022, ele passou a englobar os 5º anos do Ensino Fundamental (EF) I, destacando a transição dos alunos para os 6º EF II, competências do Estado. Nesse sentido, a SEED passou a direcionar a formação para os professores para essa transição, além de conduzir a função das secretarias municipais, por meio de *lives*, indicando a organização de relatórios e metodologias que contribuíssem com esse processo.

Outro fator que merece destaque é que, após a BNCC, todos os municípios deveriam reorganizar seus currículos, mas em dados recentes do Observatório Movimento pela base, dos 399 municípios paranaenses, 394 municípios aderiram ao RCP, e apenas 5 municípios adaptaram o currículo a partir do RCP; portanto, nenhum município do Paraná tem um currículo autoral (Movimento pela Base, s.d.).

Na implementação da BNCC nas redes municipais, ainda destacamos que, em fevereiro de 2022, como continuidade do Programa Educa Juntos, foi lançado, por meio do Movimento Colabora Educação⁵, o documento intitulado *Sistematização da Política Colaborativa do Paraná*:

Este documento visa sistematizar a trajetória da política de educação em regime de colaboração que vem se desenvolvendo no estado do Paraná. Seu objetivo é oferecer uma leitura abrangente sobre a política educacional em cooperação com os municípios, de modo a registrar seus primeiros avanços rumo à consolidação da governança federativa educacional no território paranaense (Colabora Educação, 2022).

A sistematização da Política Colaborativa do Paraná é resultado do Movimento Colabora Educação, que foi criado em 2016, mantido também pela Fundação Lemann, dirigido pelo TPE (Faria, 2022). A Sistematização da Política Colaborativa do Paraná trata-se de uma revista que aponta mudanças que deverão ser seguidas para que essa implementação ocorra nas redes públicas, nos Anos Iniciais da educação no estado. Essa sistematização aborda questões em concordância com o Programa Educa Juntos, instituído em 2020, em parceria governo do Estado e municípios, e visa a oferecer subsídios pedagógicos de formação e material didático às Secretarias municipais via SEED/Paraná.

Vale, ainda, dar destaque que o TPE apresenta, em seu website, a missão de “mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil. Sem fins lucrativos, não governamental e sem ligação com partidos políticos, somos financiados por recursos privados, não recebendo nenhum tipo de verba pública” (TPE, s.d.c). Ao olharmos os grupos empresariais que compõem o Movimento, é nítida a articulação em torno de um projeto de disputa de hegemonia das políticas educacionais por meio do empresariamento/privatização da educação pública.

Diante das evidências elencadas acima, entendemos que a BNCC vem sendo implementada em nosso Estado desde a reorganização dos currículos, que aconteceu em 2018. Fica evidente a atuação dos APH em consonância com o Estado. Exemplo disso é a participação do Instituto

⁵ Movimento Colabora Educação é formado pelas seguintes instituições: BID, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Positivo e Movimento Todos pela Educação (Colabora Educação, s.d.).

Reúna na elaboração do currículo paranaense, via SEED/Paraná, quando presenciamos o Estado integral, como pontuado por Gramsci (1982), dando voz ao documento norteador das aprendizagens, a BNCC.

Quanto aos *APH*, podemos dar foco ao Movimento Todos pela Educação (TPE), estruturado inicialmente pela Fundação Lemann, grupo Gerdau e Movimento Pela Base (MPB), também organizado pela já mencionada Fundação Lemann. No que se refere aos segmentos de ordem pública, enfatizamos, nessa implementação, a SEED, a UNDIME, o CONSED e a UNCME, que dão legitimidade à implementação da BNCC via *APH*. O primeiro evento dessa implementação foi a elaboração do Referencial do Paraná; e em seguida, o Referencial em Foco, este último, inclusive, criado pelo Instituto Reúna.

Essa implementação também acontece por intermédio do Programa Educa juntos, que deu abertura à participação do MCE na elaboração de materiais pedagógicos e formação de professores. Na seção a seguir, tratamos dos movimentos TPE e MPB. Entendemos, portanto, que essas são as duas maiores redes de atuação privada na política educacional brasileira, atingindo as esferas federais, estaduais e municipais. No que se refere à implementação da BNCC no Estado do Paraná, abordamos principalmente a participação desses movimentos.

Movimento Todos Pela Educação (TPE) e Movimento Pela Base (MPB): Contexto e articulação no Estado do Paraná

Com base no que nos apropriamos até aqui, por meio de pesquisas realizadas por Sakata (2018) e D'Ávila (2018), podemos entender que o empresariado, na forma de *APH*, vem se articulando amplamente com grupos nacionais e internacionais, disputando projetos societários e assumindo a organização de sua ideologia. Esses aparelhos encontraram, na educação, um amplo mercado para seus produtos educacionais, que visam a trazer *qualidade* para a educação.

A emergência de grupos como o Todos pela Educação não é um fenômeno isolado no Brasil, mas responde a um protagonismo cada vez maior de meios empresariais no âmbito político e social, em especial através da criação de fundações, organizações sociais e financiamento de iniciativas que encampem as teses empresariais no âmbito da educação (Freitas, 2018).

Essa expansão mercantilista dos *APH* na educação fez com que se expandissem e criassem frentes, conforme o contexto e a necessidade de ampliação e adesão (Farias, 2022b). Logo, os grandes conglomerados criam aparelhos novos e se interligam, organizados em rede, destacando-se no meio educacional. O TPE é um desses articuladores, que se destaca em várias frentes, além de direcionar diversos *APH*. A BNCC é uma das ações privatistas no campo educacional, e seu processo de elaboração já contou com a figura do empresário Jorge Gerdau Johannpeter (fundador do Todos pela Educação e dono do Grupo Gerdau), por Priscila Cruz (diretora do Programa Todos pela Educação) e Alejandra Velasco (coordenadora Geral do Todos pela Educação). Vale destacar que o empresário Jorge Gerdau Johannpeter ocupou um cargo estratégico no governo brasileiro, sendo assessor da ex-presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade de seu governo (Martins, 2016).

De acordo com Gonçalves (2021, p. 37), “o enfoque do movimento TPE pauta-se, principalmente, nos resultados, de modo que os processos formativos escolares se voltam às demandas empresariais”. Sobre a atuação do TPE,

[...] entendemos o ano de 2006 como marco importante de uma direção mais coesa da grande burguesia brasileira para reformas educacionais, através da formação do

conglomerado empresarial Todos Pela Educação (TPE). [...] até hoje, o TPE, associação de grupos empresariais, não interrompeu sua mobilização para a educação pública (Neves; Piccinini, 2018, p. 189).

No sentido de entender o pano de fundo do TPE, a Figura 1 apresenta os mantenedores do Movimento.

Figura 1 - Mantenedores do Movimento Todos pela Educação



Fonte: TPE (s.d.b).

Nota: imagem capturada pela primeira autora no website do observatório do TPE em 2022.

O movimento TPE, atualmente, conta com 25 mantenedores de segmentos variados da sociedade civil e mais 15 apoiadores sociais. É importante enfatizar que, no movimento, tanto mantenedores quanto associados são figuras repetidas no campo das políticas educacionais, que se fundem para desenvolver projetos de grande impacto na educação. De acordo com Farias (2022a, p. 6), “estas organizações são portadoras de projetos distintos, mas conseguem se reunir em torno da ideia de que a empresa é a principal organização social e o modelo deve ser reproduzido em todo o sistema escolar e da gestão pública educacional”.

Sobre a atuação do Movimento TPE na educação paranaense, com foco na implementação da BNCC nas redes municipais, deparamo-nos com a organização do movimento Educação Já, que apresenta contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira, apresentando o contexto desse nível de educação no Brasil, número de matrículas, bem como as possíveis defasagens a serem superadas.

A partir da compreensão dos APH na perspectiva gramsciana, o movimento atua como grande articulador de um projeto de educação pautado nos interesses do mercado que ele representa, pois conforme figura 1, grandes conglomerados empresariais atuam nessa importante frente, que engloba o currículo e o o monitoramento de seu desenvolvimento nas redes municipais. Vale lembrar o que Gramsci nos ensina, que a escola é espaço privilegiado de disputa de hegemonia.

O Programa Educação Já também propõe sugestões para os municípios, e no que se refere aos municípios paranaenses, apresenta dados das escolas, número de matrículas, defasagens indicadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e impactos causados pela

pandemia, destacando português e matemática como prioridade nos Anos Iniciais das redes municipais (Todos Pela Educação, s.d.a).

Vale enfatizar que o estudo de Faria (2022) aponta o TPE como grande responsável pelo *Novo* Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), por exemplo, como uma das pautas incorporadas pelo TPE ao Educação Já, responsável por divulgar e organizar a campanha para aprovação do novo FUNDEB. Também cabe salientar que o TPE está à frente do MCE, e vem desenvolvendo uma ampla oferta de soluções educacionais dentro do Programa Educa Juntos, intermediado pela SEED (Paraná, s.d.b).

Diante do cenário de mudanças nas políticas da educação, justificadas pela necessidade de alcançar a tão almejada *qualidade educacional*, o MPB se articula (Neves; Piccinini, 2018). É uma “rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que se dedicam à construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio” (Movimento Pela Base, s.d.). A seguir, destacamos os parceiros do MPB.

Figura 2 - Parceiros do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular - 2022



Fonte: Organizado pelas autoras de acordo com dados do Movimento pela Base (s.d.).

A figura 2 permite compreender quem são os parceiros e/ou articuladores do MPB, e que são recorrentes em nosso campo dos estudos da política educacional contemporânea. Importa mencionar que esses APH, organizados nesse movimento, atuam em todo o território brasileiro junto às Secretarias Estaduais e Municipais, e após a aprovação da BNCC, em dezembro de 2017, agem para efetivar a Base por meio de formação continuada e monitoramento dessa política curricular. O projeto que unifica esses APH, pauta-se pelo disciplinamento e controle via currículo e avaliação, por meio de treinamentos, via aulas prontas e plataformas *on line*, que direcionam os conteúdos, as metodologias e a avaliação que devem ser aplicados na prática pedagógica.

Faria e Silva (2019) alertam que o MPB, caracterizado como um dos principais movimentos em torno da reforma curricular da Educação Básica, atua junto ao MEC e ao CNE, e vem ampliando o modelo de governança. O MPB foi criado com o intuito de unir forças pela organização da BNCC, e se autodeclara “uma rede não governamental e apartidária de pessoas e

instituições, que desde 2013 se dedica à construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio” (MPB, s.d.).

No contexto paranaense, o MPB vem monitorando a implementação da BNCC, e ainda se faz presente na Sistematização da Política Colaborativa do Paraná (SPCP), cujo documento direciona para links de dados monitorados pelo MPB. Indiretamente, o MPB também se mostra presente pela organização em rede de seus *APH*, que estruturam outros movimentos. Salientamos, também, que tanto o MPB quanto o MCE são direcionados pela Fundação Lemann, e o MCE age diretamente no Paraná por meio da SPCP.

Neves e Piccinini (2018) enfatizam que a política educacional se constitui como processo e produto da relação de forças determinadas pelo Estado, e que a Fundação Lemann vem se tornando hegemônica. A Fundação Lemann foi “fundada em 2002, pelo empresário Jorge Paulo Lemann, considerado um dos homens mais ricos do país pela revista ‘Forbes’, dono da Cervejaria AB InBev, rede de fast food (Burger King) e Heinz que atuou de modo incisivo no “Movimento pela Base Nacional Comum” (D’Ávila, 2018, p. 67).

Utilizando conceitos gramscianos, o empresário Jorge Paulo Lemann, parte central das fundações (Farias, 2022a), pode ser considerado o “organizador de massas de homens, da confiança dos que investem em sua empresa, dos compradores da sua mercadoria, etc.”, organizador da “sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal” (Farias, 2021, p. 740).

Esses Movimentos monitoram e implementam a BNCC apoiados em dados da UNDIME e CONSED. Conforme trata Faria (2022, p. 19),

Os dirigentes, ao lado de suas entidades representativas (CONSED, UNDIME, CONSED) assumiram vários papéis e dentre eles o de disseminar os produtos e os serviços proporcionando a adesão do poder público aos programas e aos projetos oferecidos pelos APHE, em todo o território nacional.

Nesse sentido,

A venda e/ou veiculação de amostras gratuitas de produtos educacionais voltados a suprir a necessidade de implementação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, configuram-se enquanto um investimento em potencial que pode vir a possibilitar no futuro, a partir da conquista da concepção pedagógica dos atores locais, algum tipo de retorno à rede analisada. O fornecimento das chamadas “soluções educacionais” gratuitas configura-se na prática, em respostas simples e rápidas ao senso de urgência demandado pela reforma curricular em curso de implementação (Faria, 2022b, p. 77).

Ainda destacando essa organização entre segmentos públicos e privados, salientamos Eduardo Deschamps, do Partido Social-Democrático (PSD-SC), que em 2016 foi presidente do CONSED, participou do CNE no governo Dilma, e também atuou no MPB. Outros nomes, como Mozart Ramos, que ocupou importantes postos governamentais no âmbito da educação, foi presidente do CONSED (2006) e membro do CNE entre 2005 e 2014, e ainda foi Presidente Executivo do TPE (2007-2010). Cleuza Repulho foi presidente da UNDIME, Secretária de Educação em São Bernardo do Campo desde 2008, e ainda participou de cargos no MEC.

O MPB conta com um guia do Observatório da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, que direciona a outras guias online que ajudam a entender e aplicar a BNCC a todas as áreas do conhecimento. O website também oportuniza o acompanhamento de todos os estados brasileiros quanto ao ritmo de implementação da BNCC.

No contexto de implementação do Paraná, nas redes municipais, no Observatório Movimento pela base é possível averiguar quais cidades do Estado se adequaram ao Referencial Curricular do Paraná, e quais criaram seu próprio documento. O observatório MPB apresenta dados quantificados em sua página, fazendo referência à UNDIME e ao CONSED. É importante dar destaque a esse fato, principalmente porque nenhuma outra página pública oferece tantos dados de implementação da BNCC quanto o website do MPB.

O TPE e o MPB vêm se destacando nas políticas educacionais recentes. São dois grandes conglomerados dirigidos pela Fundação Lemann que vêm protagonizando, por meio de seus *APH*, entendidos como institutos e associações, a implementação da BNCC nas redes municipais do Estado do Paraná. Esses *APH* agem por meio do consenso, geram uma rede de interesses e vêm implementado a BNCC nas redes municipais do referido estado. Sobre esses *APH*, destacamos:

Gramsci afirma que cada classe social, através de seus aparelhos de hegemonia, busca obter o consenso em torno de seu projeto e torná-lo o eixo cultural e político sob o qual a vida social se organiza. Esta é a estrutura da luta hegemônica. A configuração do Estado resulta da capacidade da sociedade civil instituir-se como parte do Estado, transformando suas demandas em políticas públicas (Santos, 2012, p. 25).

Esses aparelhos pontuados por Santos (2012) não atuam sozinhos na implementação da BNCC, mas criam uma rede de relações com “UNDIME, CONSED e CNE, estes por sua vez, parceiros privilegiados do MEC na definição da BNCC, ajuda a produzir sentidos para qualidade da educação, vinculando-os à centralização curricular” (Macedo, 2014, p. 1542). Esses segmentos dão ares democráticos aos eventos em torno da proposta curricular. Nesse cenário, quando se pensa no campo da educação, é inevitável não dar visibilidade ao papel da UNDIME, uma associação civil sem fins lucrativos. Na próxima seção, elaboramos breves considerações acerca do que é a UNDIME, sua composição e sua articulação frente à BNCC.

Atuação da UNDIME no contexto de efetivação da BNCC no Paraná

Muitos atores públicos e/ou privados estiveram diretamente envolvidos na organização da BNCC, conforme já colocado anteriormente. Nesse meio, as influências de organizações da sociedade civil no processo de definição e realização de políticas públicas tornaram-se cada vez mais frequentes e intensas. Atores ligados ao sistema público fortaleceram as discussões, principalmente no posicionamento junto aos governos. Exemplo disso é a UNDIME, que abrange Secretários de Educação dos municípios brasileiros em torno das pautas educacionais, dando legitimidade a todo o processo da BNCC.

Diante disso, é fundamental entender a atuação da UNDIME no contexto das políticas públicas, principalmente a BNCC, conforme pontuado na pesquisa de D’Ávila (2018), bem como Corrêa e Morgado (2019) e Bissoli e Momo (2020). Os contextos de atuação da UNDIME é independente do contexto e modalidade de ensino. A UNDIME se fez presente na elaboração do documento da BNCC, e atualmente vem se propondo a oferecer contribuições para que ela seja implementada no Estado do Paraná. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1986 e com sede em Brasília/DF (UNDIME, 2019a), e tem como missão “articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios, com qualidade social” (UNDIME, 2019b).

Com a justificativa de atingir os resultados esperados para os índices da tão almejada qualidade educacional, os idealizadores buscaram a adesão da sociedade em torno de suas propostas por meio do convencimento. A estratégia orquestrada para a concretização desse desejo permitiu

uma ampla e complexa rede de segmentos da sociedade política e civil, articulados entre si, seja em nível mundial, nacional, regional e ainda local.

Nesse terreno fértil de envolvimento desses atores, a UNDIME passou a se aproximar da sociedade civil, no papel de seus *APH*, e das Secretarias Municipais de Educação, com intuito de estimular a participação nas políticas de educação. Gramsci (2002) destaca que o poder da classe capitalista habita o uso do aparato repressivo do Estado por meio da coerção e de seu poder de convencimento, gerando consenso e impossibilitando a resistência da classe subalterna, permitindo a hegemonia capitalista. Dito isso,

A hegemonia supõe o “consentimento passivo ou ativo”, o último significando a participação das classes subalternas nas decisões políticas, expressa em coalizões, movimentos, pactos e compromissos de diferentes segmentos sociais integrados ao bloco histórico dominante, marcado por relações assimétricas de poder (Shiroma; Evangelista, 2014, p. 29).

A UNDIME tem se mostrado participante ativa na busca por esse consentimento, e tem desenvolvido inúmeros processos formativos voltados aos dirigentes e equipes técnicas das secretarias municipais de educação, com a ideia de promover aceitação relativa às políticas educacionais de natureza mercadológica, organizadas e direcionadas por instituições empresariais representadas por seus *APH*. Nesse viés, a UNDIME organiza fóruns temáticos, seminários nacionais e regionais, publicação de cadernos, guias de orientações, manuais, plataformas digitais, além de jornais e de outros informativos, sempre associada a uma série de atores.

Com esse entendimento, Shiroma e Evangelista (2014, p. 30) observam que “[...] as redes de políticas públicas constituem aparato fundamental nas ações de governar. Contudo, a sua legitimidade para governar não é dada, mas precisa ser negociada com possíveis parceiros na Sociedade Civil”.

As frentes de ações da UNDIME demonstram a atuação da associação em processos que culminaram na elaboração da BNCC, como é o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional de educação (PNE). A UNDIME Nacional reúne gestores dos 5.568 municípios brasileiros, e são promovidos reuniões, seminários e fóruns com objetivo de “buscar e repassar informação e formação a todas as secretarias municipais de educação, dirigentes e equipes técnicas é formada cada estado da federação” (UNDIME, 2019a). Sobre a constituição da UNDIME, o website da organização destaca:

A UNDIME é constituída por Dirigentes Municipais de Educação (DME) em exercício. Isto é, aqueles que exercem a função de secretário municipal de educação. Esses são os membros natos. Os membros efetivos são aqueles inscritos na seccional da UNDIME em seu estado. Há, também, os membros solidários (Ex-Dirigentes Municipais de Educação); e os membros honorários (pessoas que tenham, reconhecidamente, colaborado para o aprimoramento da educação pública municipal) (UNDIME, 2019a).

Subordinadas à UNDIME Nacional, em cada estado, os dirigentes municipais organizam-se em seccionais, que promovem ações articuladas com a UNDIME nacional. A UNDIME também conta com parceiros institucionais que estão envolvidos diretamente nas demandas da organização, em programas, formações, material didático, além de apoio financeiro. Ainda é organizadora da plataforma Conviva Educação: trata-se de um sistema de gestão gratuito para Dirigentes Municipais de Educação (DME), equipes técnicas das secretarias, gestoras e gestores escolares. A plataforma Conviva oferece possibilidades para a implementação da BNCC para os municípios.

Segundo Micheti (2020, p. 6), “nesse arranjo, a UNDIME tornou-se parte indissociável, por se afigurar como um importante elo de integração com os municípios do país, em relação às políticas educacionais”. Consideramos que a UNDIME possui capacidade organizativa e conectiva dos prepostos dos empresários, que a partir da perspectiva gramsciana, ocorre por meio do convencimento, com estratégias para criar o consenso sobre o projeto de formação para os professores que desenvolverão os currículos nas escolas a partir da BNCC.

A Figura 3 apresenta os APH parceiros da organização em nível nacional.

Figura 3 - Parceiros da UNDIME



Fonte: organizado pelas autoras de acordo com dados do website da UNDIME (s.d.).

A Figura acima permite entender que a UNDIME abarca, em seu contexto, uma configuração com grandes conglomerados muito atuantes nas políticas educacionais e na BNCC. Na elaboração da BNCC, o papel da UNDIME foi essencial na condução de todo o processo, gerando certo rigor democrático, que teve como direcionadores grandes conglomerados e movimentos, como a Fundação Lemann. Nota-se que a UNDIME tem adotado ações estratégicas voltadas ao plano de difusão e reprodução do sistema de ideias neoliberais, formando consensos, no sentido de naturalizar a participação do grande capital, e ainda neutralizar opiniões contrárias.

Diante de um ente público como a UNDIME, deveríamos pensar em uma participação dela apoiada em especialistas, pesquisadores e universidades públicas. Todavia, a configuração que se apresenta junto às políticas da educação mostra que o pacto com os agentes privados vem se tornando frequente. Os seminários, *lives*, eventos em torno da BNCC no Paraná, como o anúncio feito pela então presidente, Marli Fernandes, que enfatiza o Instituto Reúna, e seu extenso leque de plataformas para apoio aos professores, mostram essa tendência a dar voz aos APH com frente ampla de atuação.

Em diversos eventos ministrados para formação continuada de professores, foram apresentados vídeos da presidente Marli Fernandes anunciando o Instituto Reúna com seus mapas de Foco, com ênfase na implementação da BNCC no Estado.

Outros eventos organizados pela UNDIME também trouxeram a presidente do Instituto Reúna, Katia Smole, para tratar da implementação da BNCC. Enfatizamos novamente que o Reúna é o APH que esteve na construção do Referencial Curricular do Paraná em Foco, que vem sendo utilizado pelas escolas municipais atualmente. Ainda no Paraná, podemos enfatizar o Programa Educa Juntos como mais uma bandeira da UNDIME com foco na implementação da BNCC, ficando clara sua concordância com a participação e disseminação do discurso privado na educação do Estado.

Para dar visibilidade e entender essas atuações na implementação da BNCC no Paraná, organizamos a Figura 4.

Figura 4 - Segmentos que atuam para efetivação da BNCC no Paraná



Fonte: Elaborada pelas autoras com dados da pesquisa.

Essas redes estão interligadas e são alimentadas pelo elo entre segmentos públicos, como no caso da UNDIME e do CONSED, secretarias municipais e estaduais e o setor privado, destacados nesta pesquisa como sem fins lucrativos, citados aqui como MPB e TPE. Verificamos que os movimentos caminham por entre cargos governamentais, ora organizando a política em torno da educação, ora administrando, presidindo, direcionando seus institutos e movimentos, entendidos, aqui, no conceito gramsciano de APH. É por meio dessas articulações que vai se moldando o modelo de educação organizado pelo capital, direcionado à classe trabalhadora. Nessa discussão de contexto e implementação da BNCC no Estado do Paraná, identificamos a presença do CONSED, da UNCME e da UNDIME, mas como este trabalho precisa de delimitação, enfatizamos os aparelhos de maior presença e atuação e nesse meio: a atuação da UNDIME é fundamental para o bom empreendimento dessa política.

Considerações finais

Compreendemos que a implementação da BNCC em nosso Estado foi pioneira, tendo iniciado posteriormente à homologação do referido documento. O primeiro evento dessa implementação ocorreu a partir da reformulação do Referencial Curricular do Paraná, ainda em 2018, com a proposta em curso nos municípios paranaenses. Acometido pelo momento

pandêmico, no início de 2020, o Estado organizou o Referencial Curricular do Paraná em Foco, que teve a participação direta no APH Instituto Reúna em sua organização, e com isso presenciamos a abertura e a participação dos entes públicos e privados nessa elaboração. Construímos, assim, o entendimento de que a iniciativa privada vem adentrando o setor político e materializando seus anseios na organização de uma política pública.

Outro evento que marca essa implementação e a parceria entre Estado e municípios por meio do programa Educa Juntos, além da abertura para o Movimento Colabora Educação na sistematização da política colaborativa do paraná, trata-se de um guia das ações que estão em curso no Estado, como Formação de professores, livro registro online, busca ativa de alunos e material didático. O documento foi elaborado pelo MCE em parceria com a UNDIME e o CONSED. É importante destacar que o MCE é uma das frentes do TPE, e assim como o MPB, vem participando dessa implementação.

O MPB vem monitorando essa implementação em seu website Observatório Movimento pela Base, e apresenta em seus dados que, dos 399 municípios paranaenses, 394 aderiram ao RCP, e apenas 5 municípios adaptaram o currículo a partir dele. Nenhum município do Paraná tem currículo autoral. Enfatizamos que os dados fornecidos na página do observatório são construídos pela UNDIME e CONSED, e oportunizam visualizar a coalizão público-privada configurada no modelo de Estado Integral. Ainda sobre o Programa Educa juntos, no anúncio dessa parceria entre Estado e municípios, feita no início do ano letivo de 2021, Marli Fernandes anunciou a presença do Instituto Reúna, tanto na construção do Referencial Curricular do Paraná em Foco como no Programa Educa Juntos.

Ficou evidente, com o desenvolvimento da pesquisa, que a materialização da BNCC nos moldes capitalistas acontece pelo modelo de Estado, considerado nos conceitos gramscianos como integral, os APH transitam por esse Estado, fazendo da educação um mercado lucrativo, que vem a satisfazer os anseios de sua classe e, por consequência, sua ascensão.

Quanto ao papel da UNDIME e da SEED/PR nesse contexto de implementação, atuam junto às redes públicas municipais de ensino para efetivar um projeto de formação continuada para os professores em consonância com o empresariamento da educação pública, por meio da padronização e controle dos currículos e das práticas pedagógicas via avaliações em larga escala.

Referências

BIERNASKI, C.; LIMA, M. F. **Mapeamento sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na microrregião de Irati/Paraná.** Programa Institucional de Iniciação Científica – PROIC. UNICENTRO, Paraná, 2021.

BISSOLI, M. F.; MOMO, M. A implementação da Base Nacional Comum Curricular no Amazonas: desafios, conquistas e contradições em movimento. **Textura**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 75-98, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5499>

BRASIL. **Paraná aprova primeiro currículo em consonância com a BNCC.** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/71361-paranaaprova-primeiro-curriculo-em-consonancia-com-a-bncc>. Acesso em: 12 jan. 2023.

COLABORA EDUCAÇÃO. **Sistematização da Política do Paraná.** 2022. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-03/educa_juntos_sistematizacao_politica_colaborativa_parana.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

COLABORA EDUCAÇÃO. [Website]. [s.d.]. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/>. Acesso em: 23 de ago. 2022.

CORRÊA, A.; MORGADO, J. C. O emaranhado de fios que envolve os contextos de influência e de produção da BNCC. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 59, p. 235-250, out/dez 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2019.47484>

D'ÁVILA, J. B. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2018.

FARIA, C. G. M.; SILVA, M. R. O Movimento pela Base Nacional Comum: configurações da relação público-privado no contexto do Ensino Médio. *In: AZEVEDO, J. C. (org.). Neoconservadorismo e resistência: dilemas da Educação Pública*. Porto Alegre: Editora Universitária IPA, 2019, v. 1, p. 85-99.

FARIA, C. G. M. **A privatização da política educacional brasileira: o papel do movimento pela Base Nacional Comum na ampliação do modelo de governança de Estado**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FARIAS, A. M. **Conglomerado de APHEs Lemann na educação pública no estado do Paraná**. Produção: Canal Educação, Estado Ampliado e Hegemonias – GPEH. [S.l.], 2020. 1 vídeo (134 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GkSRRTGDAoI>. Acesso em: 06 maio 2021.

FARIAS, A. M. Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. *Revista Trabalho Necessário*, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-24, jul. 2022a. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532>

FARIAS, A. M. **Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 13, n. 2, p. 735-765, ago. 2021. DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302>

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita velhas ideias**. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

GONÇALVES, A. M. **Os intelectuais orgânicos da base nacional comum curricular (BNCC): aspectos teóricos e metodológicos**. Curitiba, Editora CRV, 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3: Maquiavel: notas sobre Estado e Política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. v. 3, 4, 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JUSBRASIL. **O que é uma startup de impacto social?** 2020. Disponível em: <https://paduanseta.jusbrasil.com.br/artigos/712829197/o-que-e-uma-startup-de-impacto-social>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MACEDO, E. **Base Nacional Curricular Comum**: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, out./dez. 2014.

MARTINS, E. M. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. São Paulo: Ed. Lamparina, 2016.

MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da base nacional comum curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, João Pessoa, v. 35, n. 102, p. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/3510221/2020>

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem somos**. [s.d.]. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em 18 de jan. 2021.

NEVES, R. M. C.; PICCININI, C. L. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da Educação Básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n.1, p. 184-206, 2018. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v10i1.26008>

PARANÁ. Decreto nº 5857, de 05 de outubro de 2020a. Implementa o Programa Educa Juntos por meio de regime de colaboração entre o Estado do Paraná e seus Municípios. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, PR, ano 107, n. 10783, p. 03-06, 05 out. 2020.

PARANÁ. **Educa Juntos vai garantir suporte técnico e pedagógico aos municípios**. 2020c. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educa-Juntos-vaigarantir-suporte-tecnico-e-pedagogico-aos-municipios>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PARANÁ. **Governo do estado vai ajudar municípios a melhorar índices de aprendizagem**. 2020d. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-vai-ajudar-municipios-melhorar-indices-de-aprendizagem>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná em Foco**. 2020b. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1683>. Acesso em: 26 jan. 2023.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Dias de estudo e planejamento**. 2021. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/estudos_planejamento/fevereiro2021/estudo_planejamento_fev2021_ncpm_anos_iniciais_slides1.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Referencial Curricular do Paraná em Foco**. [s.d.a]. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1683>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Educa juntos – Regime de colaboração**. [s.d.b]. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/educa_juntos/regime_colaboracao. Acesso em: 13 jan. 2023.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Referencial Curricular do Paraná**. 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_para_na_cee.pdf. Acesso em: 27 jan. 2023.

PARANÁ. **Lei 21323, de 20 de dezembro de 2022.** Dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba, PR, ano 110, n. 11323, p. 3-4, 20 dez. 2022.

SAKATA, K. L. S. **Programa gestão para aprendizagem:** a atuação da fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

SANTOS, A. F. T. **Pedagogia do mercado:** neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai./ago. 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Panorama da Educação Básica.** [s.d.a]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/06/panorama-pronline.pdf>.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Transparência.** [s.d.b]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>. Acesso em: 01 de out. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos.** [s.d.c]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 de dez. 2024.

UNIÃO NACIONAL DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME. **Missão.** 2019b. Disponível em: <http://undime.org.br/noticia/missao>. Acesso em: 13 jan. 2023.

UNIÃO NACIONAL DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME. **Sobre a Undime.** 2019a. Disponível em: <http://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>. Acesso em: 11 maio 2022. UNIÃO NACIONAL DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.

UNIÃO NACIONAL DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME. **Home.** [s.d.]. Disponível em: <https://undime.org.br/>. Acesso em: 8 maio 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO. **Inicial.** [s.d.]. Disponível em: <https://www2.unicentro.br/gepoge/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VENÂNCIO, J. R.; LIMA, M. F. **Mapeamento sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas redes municipais da microrregião de Prudentópolis (Ipiranga, Imbituva, Ivaí e Teixeira Soares)** – Paraná. Relatório Final de Iniciação científica. 2021. Programa Institucional de Iniciação Científica – PROIC, Unicentro.

Recebido em 25/10/2024

Versão corrigida recebida em 12/12/2024

Aceito em 12/12/2024

Publicado online em 09/01/2025